

Pauta: Desvinculação dos fundos públicos, em especial o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h14min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todos. Hoje com a pauta desvinculação dos fundos públicos, em especial do Fundo Municipal de Habitação por Interesse Social, uma pauta demandada pelo nosso colega Ver. Engº Comassetto, que está conosco aqui presente. Queria saudar também a presença do Ver. Dani Morethson, seja bem-vindo à nossa reunião de comissão. Seguindo o rito normal, chamamos as pessoas a comporem a Mesa, depois eu passo a palavra para quem demandou a pauta para explanar quais foram os motivos, qual é a situação que a gente vai ter que abordar hoje na nossa reunião de comissão, ouvimos as partes, os convidados e depois gente pensa junto em alguns encaminhamentos, enquanto comissão, para darmos andamento ao processo. Foram convidados – e convido-os a compor a Mesa – para esta reunião o secretário André Machado, da Secretaria de Regularização Fundiária; Adrian Dario Pajolchek, do Conselho Gestor do Fundo; Douglas Silveira, do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Quero saudar a presença no nosso sempre vereador João Nedel, compondo a Mesa também. Ainda não contamos com a presença de representantes da UAMPA; da Confederação Nacional das Associações de Moradores – Conam; MTST; do Fundo das Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Sul; e nem do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. A partir do momento em que forem chegando, a gente vai anunciando e convidando para a Mesa. Por gentileza, convido também o engenheiro Alberto Cunha a compor a Mesa; convido o representante do Fórum das Cooperativas Habitacionais, seja bem-vindo.

Vamos dar início então a nossa reunião de comissão. Vou passar a palavra para o meu colega Ver. Engº Comassetto, que demandou essa pauta, para abordar para nós como está a situação da proposta de desvinculação dos fundos.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Bom dia, Ver.^a Karen, que preside esta comissão; Ver. Dani, Ver. João Carlos Nedel, secretário André Machado e todos que estão compondo aqui esta reunião de trabalho. Vocês todos sabem que as nossas pautas se prolongam no tempo. Na verdade, essa agenda nós tínhamos pedido já há uns meses, quando estávamos lá discutindo a lei municipal que trouxe um projeto que envolve os fundos. Eu falava há poucos minutos aqui para o secretário que o nosso objetivo da reunião hoje é podermos nivelar as informações municipais com o que está acontecendo com a lei e o projeto federal de retomada do Minha Casa, Minha Vida. E nós, aqui, através da comissão, Presidenta Karen, e depois no restante da Câmara, auxiliarmos em tudo que for possível para que nós possamos dar velocidade. Obviamente, que nós não vamos, aqui, resolver tudo, esse é um processo que está em andamento e que queremos, já com a anuência aqui da comissão, dar continuidade, na sequência, aos trabalhos, porque isso é processo.

Dito isso, em nome da comissão, vamos fazer um conjunto de exposições e questionamentos – questionamento no sentido de buscar as informações – e, ao mesmo tempo, algumas respostas que chegam até nós e que nós precisamos divulgá-las. O prefeito Melo mandou para a Câmara aquele projeto de lei fazendo a desvinculação dos recursos dos fundos, e um dos recursos é do Fundo Municipal de Habitação, que tem lá, não sabemos o valor exato, fala-se entre 35 e 40 milhões no fundo, que aí o senhor pode inclusive auxiliar na informação. E o DEMHAB mandou uma lei para a Câmara para utilizar esse recurso do fundo como subsídio habitacional para os projetos habitacionais Faixa 2, ou até Faixa 2. Essa lei foi aprovada, nós já temos aí 60, 80 dias da sua aprovação, ou mais até, e até agora ela não foi implementada na prática na cidade. E é uma demanda que chega todos dia que para nós, afinal de contas, a lei foi aprovada, nós precisamos enfrentar, Ver. Dani, enfrentar aqui, poder utilizar esses recursos para desovar, para desencaixar os projetos, e isso não está acontecendo. Então, essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta relacionada à lei é que, na época, inclusive dialogando aqui com o secretário e com o nosso sempre vereador João Carlos Nedel, nós

inclusive tínhamos uma sugestão de emenda para fazer, que era para poder incluir o Faixa 1. Para quem não está familiarizado com o tema, o Minha Casa, Minha Vida, e estou me referindo aqui ao programa maior, porque os municípios não têm estrutura, recurso, para resolver todo o problema habitacional. O problema habitacional tem que ser resolvido numa agenda nacional, estadual e municipal. Então essa nossa conversa aqui hoje tem esse propósito. E o Minha Casa, Minha Vida que foi reeditado, que saiu a medida provisória lá em 14 de fevereiro, e que foi já votada e aprovada no congresso nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, e que, neste momento, está na mesa da Presidência para a assinatura final, para publicar no Diário Oficial, mas o Ministério das Cidades, em função das medidas provisórias, em função das leis já aprovadas, já publicou um conjunto de portarias que disciplinam e que orientam o Brasil todo no sentido de como proceder. Bom, então o programa é dividido em Faixa 1, que são recursos para famílias que recebem até R\$ 2.640,00 dois salários mínimos. Esse recurso é subsidiado, e ele vem de três fundos. Como é que é feita a aplicação desse recurso? Então, tem o recurso que é do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial –, que os municípios e o Estado são os responsáveis por conduzir a gestão da aplicação desse recurso. É um projeto que passa pela mão do Município. Então, nós estamos aqui, secretário, para também ouvi-lo a respeito de qual a estratégia que está pensando, para nós podermos resolver o cadastro que tem, que está lá na sua mão e que o senhor está refazendo. O último cadastro que tínhamos era ainda feito lá pelo Dr. Goulart, que foi secretário, começou com 55 mil inscritos; depois, houve alguns projetos, mas aumentou, no nosso ponto de vista, numa análise quantitativa ou qualitativa, aumentou essa demanda. Bom, como é que nós vamos resolver, qual é a intenção do Município para com o programa do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR. O segundo deles é relacionado às entidades – e cumprimento aqui o engenheiro Humberto Cunha, que representa o Fórum das Entidades; e, secretário, tenho vários que pediram aqui para lhe dar um abraço hoje, o Nelson, da cooperativa Dois Irmãos; o Gilmar, do Fórum. Como, neste momento, estão todos trabalhando para fazer a suplementação das obras que

foram paralisadas durante o governo passado, então, o pessoal está trabalhando neste momento. E, como ontem à noite, foi anunciada a vinda do Presidente Lula, sexta-feira, aqui ao Rio Grande do Sul, e uma das agendas do Presidente Lula é entregar um dos projetos do Fórum, que é da cooperativa Coometal, ali de Viamão, com 440 unidades, que está finalizado. Então, está todo mundo correndo lá envolvido neste momento, e obviamente nós estaremos lá, presidente Karen.

Então, o segundo recurso é do FDS – Fundo de Desenvolvimento Social, que é para as entidades. Que entidades? Cooperativas, associações, sindicatos, devidamente registrados, legalizados – tem um processo que sai do Ministério das Cidades, que faz a seleção dessas entidades.

Bom, e aqui o Fórum – eu participo do Fórum também auxiliando tecnicamente –, nós temos, neste momento, 22 projetos em andamento no Rio Grande do Sul e 3 em Porto Alegre, que estão esperando essa retomada das obras. Bom, então, é do Fundo de Desenvolvimento Social.

E o terceiro é o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, que aqui pega pouco em Porto Alegre, mas dá para pensar alguma coisa ainda para a Zona Sul.

Bom, e depois tem o faixa dois. O faixa dois, que vai até R\$ 4.400,00, que é outro fundo, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que tem subsídio do governo federal, que foi anunciado agora, há 10 dias, que esse subsídio pode chegar até R\$ 57.000,00 por família – subsídio do fundo do trabalhador, do FGTS. E, nesse fundo, nesse tema do FGTS, nós aprovamos a lei – muito bem-vinda a lei do Município – para dar um subsídio de até R\$ 15.000,00 para cada família, e na lei nós colocamos até R\$ 4.400,00. Então, secretário, no entendimento nosso, desta comissão aqui, nós poderíamos e deveríamos adequar a lei municipal para pegar o teto do Fundo, com o mesmo teto que dá o subsídio nacional de R\$ 4.400,00, e aqui ficou em R\$ 4.000,00. Então, essa é uma demanda que nós queríamos dialogar com o senhor e com o governo para podermos fazer essa adequação.

Bom, agora também, semana passada, foi anunciado o prolongamento, a extensão do recurso do fundo, vamos dizer que é um faixa três, para financiar também a classe média, que poderá chegar em torno de R\$ 12.000,00, mas aí até o secretário poderá financiar agora, e vereador também. (Risos.) Então, que é o terceiro, mas esses aí não têm o subsídio, esse subsídio de perdão para poder dar entrada, tem juros mais compatíveis para poder fazer ao longo da vida. Bem, então esse é um panorama, nós temos debatido muito, temos dialogado muito aqui com o Ver. Pablo, com o Ver. Cecchim, que é o líder do governo, sobre o tema, com todos aqui na Câmara, para nós podermos dar velocidade. Então, a primeira situação é essa: a lei aprovada, a sua aplicação, adequação dela ao teto da lei federal.

Segundo tema. A lei que saiu e todas portarias, que temos todas à disposição aqui, ela faz uma exigência dos municípios, porque os municípios têm que ter um regramento, que é nacional esse regramento, para receberem o dinheiro do Minha Casa, Minha Vida. O primeiro regramento é que tenha o Fundo Municipal de Habitação ou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Bom, como esse projeto de lei veio para Câmara, e não foi votado ainda, que trata ali de passar a mão no recurso dos fundos, a nossa preocupação Ver. Pablo é que esse documento, principalmente... e aqui nós estamos tratando com objetividade do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Bom, nós queremos resguardar o Fundo e ver quais as políticas para potencializá-lo para o Município não correr o risco de não ficar enquadrado ou estar enquadrado. Então, queremos receber hoje do secretário aqui esse relato para termos essa segurança e vermos o que fazer quanto a isso.

Outro ponto também diz que os municípios, para ajudar a viabilizar os projetos, eles podem entrar com contrapartida. Qual é a contrapartida? Recursos, que já tem para o faixa dois, mas nós não temos para o faixa um, então nós queremos discutir aqui, porque quem mais precisa é o faixa um. E o faixa um, agora, a unidade habitacional, no Minha Casa, Minha Vida, é até R\$ 170.000,00, mas R\$ 170.000,00 para Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; para Porto Alegre chega, no máximo, a R\$ 164.000,00. Bom, aí tem uma discussão, que é

o valor da terra, não dá para nós continuarmos construindo conjuntos habitacionais para além da periferia urbana, ou lá na tangente, ou lá no Lageado, ou lá na... enfim, nós temos que tentar trazer este público para morar mais nas zonas centrais, quanto mais tiver urbanizado. E aí o que acontece? Quanto mais urbanizado, maior é o valor da terra. Bom, e o programa diz que tu podes, no máximo, computar 10% do valor adquirido para o valor da unidade habitacional então. Se for R\$ 164.000,00, aí tira regulamentação, assistência técnica, não sei o que mais, fica R\$ 150.000,00, poderá chegar R\$ 15.000,00 o valor da unidade habitacional. Agora, tu pegares aqui no lado de uma zona intermediária, aqui nossa, a Santana, Morro Santa Tereza, a terra vai lá em cima o valor, e aí não encaixa na agenda desses projetos habitacionais de interesse social. Bom, aí o segundo ponto: como diz que o Município pode entrar como contrapartida de terras, nós temos em Porto Alegre, e o secretário André Barbosa está anunciando todos os dias leilões para vender áreas públicas. Bom, e aí secretário, Ver. Pablo e os demais colegas aqui que são novos na Câmara, e o Nedel é testemunha disso, nós temos feito aqui uma defesa de 20 anos, que o Município não deveria vender essas terras antes de apresentar para o Departamento Municipal de Habitação e ver quais têm condições de ali construirmos unidades habitacionais. Essas unidades habitacionais, então, dessas 1.500 áreas, Ver. Sgarbossa, no Município, eu lembro de cabeça aqui que nós aprovamos uma lei em 2008, Dario, que acompanha esse tema. Nós aprovamos uma lei, em 2008, que era para a revitalização da Vila Tronco, que ainda era um rescaldo do programa integrado socioambiental, que tinha que reassentar 1,5 mil famílias. Compramos um conjunto de áreas e elas estão ali até hoje sem utilização, na Vila Tronco, naquela região da Grande Cruzeiro. Entendemos que essas áreas têm potencial para vir ajudar as entidades, ajudar as empresas que trabalham nessa área e a própria política pública municipal. Gostaríamos também, presidente e colegas, de poder tratar aqui, verificar o que tem. Nós já temos conversado há um ano e meio com o secretário, antes de assumir, discutindo esse tema de nós podermos utilizar essas áreas como contrapartida.

Eu poderia falar muito mais aqui. Nós temos todas as informações. Como chegaram outros convidados, vou deixar para presidente coordenar. Isso aqui é para nós abirmos esse diálogo, como eu disse, essa reunião não termina hoje, no sentido de processo. E aí eu queria trazer outra preocupação aqui. Todos vocês têm acompanhado o caixa nacional, os recursos nacionais, e a luta para diminuir os juros. Um dos problemas que tem na venda e que está dificultando é que quem ganha R\$ 3 ou 4 mil vai para a caixa, ao longo do tempo, acaba não se enquadrando, porque bom temos que... a luta para diminuir a questão dos juros. Isso aí é juro para a construção civil, roda a construção civil. Não rodou ainda, e construção civil é o que mais gera emprego, de toda a cadeia que tem. Então a nossa luta é para que Porto Alegre volte a ter essa agenda propositiva em termos de desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

E eu concludo aqui dizendo, que todas essas resoluções que há, saiu, na semana passada, para o novo credenciamento das entidades e das prefeituras, para já começar o credenciamento para novos projetos. Quais são os projetos que terão preferência? Os que já têm projeto aprovado, os que já têm área destinada, os que têm contrapartida do governo municipal e/ou estadual. Esses têm preferência. Como este ano a agenda financeira é curta, temos que tentar, conjuntamente, fazer uma frente para ver o máximo que nós conseguimos para agenda de resolver o problema social da habitação em Porto Alegre e nos preparar para o próximo ano. Quando abre a possibilidade, os que estão preparados levam, os que não estão não levam, e aí o recurso é sempre menor do que precisamos.

Eu acho que já falei bastante aqui, mas, no sentido de dar um panorama geral do processo, e o diálogo aqui com o nosso secretário André Machado, que tem sido sempre parceiro nesse diálogo, mas nós também sabemos, secretário, dos dilemas que o senhor sofre com os entraves internos, é análise, é jurídico, é burocracia, é adequação a Plano Diretor. Por falar nisso, nós vamos votar o Plano Diretor e sabemos que tem uma resistência de gravar novas AEIS, mas nós temos que fazer uma agenda juntos para pensar uma nova linha de AEIS. Não é botar AEIS em qualquer lugar, em áreas lá nos cafundós, como se diz

popularmente, mas AEIS que propiciem fazer uma agenda conjunta para destinar essas áreas para habitação de interesse social. Obrigado, presidente Karen e demais colegas vereadores.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradecer a exposição do proponente da pauta, saudar a presença do Ver. Jessé, que passou aqui, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Pablo Melo e outros vereadores que compõem esta comissão. Saudar também a presença do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Ceniriani – por gentileza, se quiser compor a Mesa conosco –; Douglas, reitero, se quiser compor a Mesa conosco, está convidado.

Minha proposta é a gente ouvir as entidades das comunidades, as representações das associações, e depois a gente ouvir o secretário André. Os vereadores que quiserem fazer algum tipo de inscrição. Então, combinamos assim, vamos ouvir primeiro o secretário André Machado e depois a gente abre para uma rodada de inscrição das pessoas que foram convidadas para compor a Mesa e também quem está participando da reunião também pode se inscrever, a gente garante três minutos de intervenção. Lembrando, para as notas taquigráficas, sempre se apresentem, digam qual entidade, secretaria, órgão que representam, para a gente ter uma ata bem completa. Obrigada.

O secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHARF, está com a palavra.

SR. ANDRÉ MACHADO: Ver.^a Karen, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores aqui presentes, todos e todas que se interessam na pauta da habitação e que compartilham conosco essa discussão nessa manhã, minha saudação muito especial e minha alegria em que a gente possa estar discutindo esse tema nesse momento especial, Ver. Comassetto, que que propôs a pauta no dia de hoje. Eu vou dividir em dois momentos, primeiro, falar especificamente sobre essa legislação do fundo, que é uma proposta que veio do poder Executivo para a Casa; posteriormente, atualizar os encaminhamentos do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, e como nós estamos tratando aqui no Município de Porto Alegre.

Esse primeiro tema, Ver. Comassetto, tema inclusive que gerou o convite por parte da CUTHAB para a nossa vinda aqui, que diz respeito a um projeto do poder Executivo, que tem como interesse a sua proposição. Eu vou tentar ser o mais didático possível ao expô-lo para que cada um, a partir do seu entendimento, possa fazer seu conceito, e obviamente vou defender também meu ponto de vista em relação ao tema da habitação., dentro de uma linha de que o Município não pode ter, em fundos, dos mais diversos, recursos que não são aplicados. Ou seja, é dinheiro que falta, por vezes, na educação, na saúde, na pavimentação e em outros temas, e ele não envolve única exclusivamente fundo municipal de habitação, se não me engano, são seis fundos que estão previstos nesse projeto. O governo propõe que, caso entre os valores arrecadados não se gaste no ano 50%, se recolha esse valor excedente para o cofre do Município. Ou seja, se arrecadou R\$10 milhões e se investiu no ano apenas R\$ 4 milhões, os R\$ 6 milhões excedentes irão todos para o cofre do Município, para que possa pagar suas despesas ordinárias. Se gastar entre 50% e 80 %, ou seja, gastou R\$ 6 milhões, sobrou R\$ 4 milhões; 50 % do valor permanecerá no fundo, R\$ 2 milhões, e outros R\$ 2 milhões seriam levados para o cofre do Município para o pagamento das despesas. Se atingirem 80 %, ou seja, se gastou R\$ 8 milhões, o valor fica integralmente para o fundo.

Eu vou passar para vocês uma apresentação que mostra a arrecadação do fundo, ano a ano, desde o ano de 2014.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ANDRÉ MACHADO: O fundo arrecadou, em 2014, R\$ 17 milhões. Ele teve como pico o ano de 2021, talvez precise de um estudo um pouco mais aprofundado para o porquê desse pico, mas imagino que seja uma retenção de obras através da pandemia. Vale lembrar que esse fundo é basicamente composto por recursos do solo criado e dos índices construtivos, especialmente de sem adensamento e de pequeno adensamento, já que o médio e o grande adensamento foram transferidos para o Fundo Municipal de Gestão de Território.

E a gente tem, neste ano de 2023, até agora, até o mês de maio, uma arrecadação de R\$ 10 milhões, o que nos dá uma perspectiva de que até o final do ano a gente tenha uma arrecadação de algo em torno R\$ 25 milhões, R\$ 27 milhões, R\$ 30 milhões aproximadamente – esses valores não são fixos, eles podem variar mês a mês. Pode passar, por favor. Aqui, está um comparativo entre aquilo que nós arrecadamos ano a ano e aquilo que foi efetivamente liquidado. Eu peço muita atenção de vocês para o ano de 2023; que, se vocês pegarem uma série histórica, além de termos um maior investimento de recurso do fundo, ele é o que mais se aproxima do total arrecadado. A gente teve, alguns anos, como os anos de 2018, 2019 e 2020, a mais baixa arrecadação do fundo, algo em torno de 1%, 2% do arrecadado, e hoje a gente está chegando a valores mais expressivos. Esse valor que está colocado ali ao fundo é o liquidado, mais os restos a pagar o liquidado. Só para entendimento, o que a Secretaria da Fazenda calcula é o empenhado, ou seja, o momento anterior a esse, anterior ao da liquidação. Vamos adiante. Aqui, em termos percentuais do que foi investido, o ano em que mais se investiu perante o arrecadado, ou seja, nunca se investiu 100%, foi o ano de 2015. A gente chegou ali em 2018 a um uso de 2,54%, e hoje a gente está, em 2023, com 73,93%. Por que a gente tem uma ascensão, no ano de 2021, no ano de 2022 e no ano de 2023? Primeiro, quero deixar claro que, para se usar recurso do fundo, a gente precisa da aprovação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação. Esse conselho gestor é composto a partir do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação – Comathab. Quando nós assumimos, esse conselho estava desestruturado, esse conselho não se reunia, e nós precisamos, naquele ano, quando esse tema, enfim, passou pela parte da Prefeitura, nós estávamos tentando ver o que estava nos barrando para usar os recursos, fizemos eleições para o Comathab – que, aliás, estão vencendo agora, a gente vai iniciar um novo processo eleitoral para o Comathab nos próximos momentos –, e, a partir dali, partimos com estratégias para que nós aumentássemos o uso do recurso do fundo, que ele era usado, normalmente, para pequenas contrapartidas em pequenas obras. E a gente passou a usar esse fundo em um atendimento mais efetivo do bônus-moradia.

Nós pagamos, entre os anos de 2022 e 2023, 140 bônus-moradia aproximadamente, ou seja, é um condomínio inteiro que passa a ser construído a partir da possibilidade que as pessoas, com a compra assistida, busquem os seus imóveis. Nós fizemos um reajuste desse bônus-moradia de R\$ 74 mil, R\$ 78 mil, se não me engano, o que estava quando nós assumimos, para R\$ 113 mil, que é o valor deste ano, e a gente tem aumentado ele anualmente, feito esse cálculo anualmente de acordo com as regras do programa. E vamos aumentar novamente em janeiro do próximo ano.

Nós propusemos novas possibilidades de uso do Fundo Municipal de Habitação, como bem referiu o Ver. Comassetto no início, com um programa de compra compartilhada, aprovado aqui nesta Casa, através do qual o Município participa com um subsídio de R\$ 15 mil na aquisição de imóveis. O projeto original prevê imóveis novos, o projeto aprovado pela Câmara ampliou para imóveis novos e usados. Eu já explico, vereador, em que pé está a questão da implantação desse processo.

Além disso, nós fizemos, através da lei de assistência técnica para habitação de interesse social, a criação do programa Mais Habitação Morar Melhor, para que nós pudéssemos também investir recursos do fundo, e são mais R\$ 3 milhões que ainda não estão computados dentro desse processo para a melhoria habitacional em áreas regularizadas no município de Porto Alegre. São 12 lotes de 15 unidades habitacionais em cada um, em diferentes áreas do Município, aprovadas dentro do Comathab, conforme prevê a nossa instrução normativa. E estão aguardando que nós fechemos o contrato com as empresas para que a gente possa, efetivamente, colocar em campo essa atualização, ou seja, a gente tem um imenso desafio de gastar cada vez mais e gastar cada vez melhor os recursos do fundo aplicando-os onde, de fato, precisam ser aplicados na habitação de interesse social. Nós entendemos que o projeto que a municipalidade traz a esta Casa é desafiador a quem tem a obrigação de gerir o fundo. Eu, como gestor do Fundo Municipal de Habitação e por ter, por enquanto – não sei se continuarei –, a companhia do Adrian no conselho gestor do fundo, não quero devolver um único centavo ao cofre do Município, não quero repassar

um único centavo ao cofre do Município. Quando ele nos coloca um gatilho para que nós tenhamos aquele empenho e os recursos não voltem, ele nos desafia. Mas isso eu posso falar dentro dos critérios que nós usamos na nossa gestão. Está muito claro para mim, pelos índices de execução da gestão que nos antecedeu, que a leitura era outra, e esses recursos também – em razão da pandemia, enfim, foram desvinculados e usados em outros setores. O que nós estamos discutindo, e eu acho que esta Casa vai fazer essa discussão, se entender que deve fazer a desvinculação do fundo – imagino, Ver. Pablo, que tenha uma discussão entre o Executivo e a bancada do governo aqui na Casa – , se esses percentuais são os percentuais adequados. Há um pedido nosso já discutido e debatido com o prefeito – imagino que brevemente deve vir para cá – de que haja uma redução desses percentuais de gatilho para o Fundo Municipal de Habitação, que é um fundo que tem uma finalidade muito distinta dos outros fundos que estão previstos ali dentro do processo. Agora, por óbvio, a gente não faz uma legislação, quando se aprova na Câmara Municipal, para a nossa gestão, ela trabalha com a nossa gestão, mas ela tem impacto nas gestões seguintes; e, obviamente, precisa ter também compromisso daqueles que vierem depois de nós com a utilização desses recursos.

Sobre o Compra Compartilhada, Ver. Comassetto, esse foi um programa – no momento em que nós fizemos a aprovação aqui na Casa, estávamos acompanhados com a Caixa Econômica Federal – que foi construído junto com a Caixa, porque ele já funciona muito bem no estado do Paraná, onde se possibilitou a compra de mais de 34 mil unidades. E tem um dado interessante do programa do Paraná: ele baixou a renda média dos compradores, de acordo com uma das empresas, a MRV, de alguma coisa perto de R\$ 2,4 mil – era essa a renda média de quem comprava as unidades – para R\$ 1,8 mil, em razão do subsídio de R\$ 15 mil que o estado do Paraná dava. Quando nós encaminhamos a contratação da Caixa Econômica Federal aqui, nós fomos surpreendidos pela Caixa, e isso não ocorreu só conosco, ocorreu com o estado do Mato Grosso do Sul também e com outras unidades da Federação. Por isso, eu tenho um contato, entre outras razões, amanhã com a vice-presidente da Caixa, Inês Magalhães,

sobre a cobrança por parte da Caixa Econômica Federal de uma tarifa mensal de R\$ 45 mil para tocar o programa, que pode valer para um grande Estado como o Paraná, mas não vale pra estados menores e não vale para uma cidade como Porto Alegre. Então nós estamos discutindo, no âmbito da ABC, que é a Associação Brasileira de COHABs, junto com a Caixa, essa questão. Estamos procurando aqui no Município, organizando um edital para chamarmos outros agentes financeiros que não a Caixa pra fazer a gestão do programa, conforme foi aprovado aqui nesta Casa. Nosso interesse é ter esse programa rodando ainda no mês de julho para que ele possa ter efeitos no mercado, possa ter efeitos no atendimento da nossa demanda e possa, sobretudo, provocar, a partir do maior investimento de recursos do fundo de garantia nesta produção, mais empregos também aqui dentro do nosso mercado. Desde que o governo federal publicou a medida provisória do Minha Casa, Minha Vida, a Prefeitura tem acompanhado, tanto junto à ABC quanto em reuniões com o governo federal, eu pessoalmente estive em Brasília em uma reunião com o secretário nacional de habitação pela entidade, e outra individual tratando dos assuntos do Município de Porto Alegre, os desdobramentos e encaminhamentos do Minha Casa, Minha Vida, que me parece, surpreendeu também negativamente o governo federal por ter saído apenas no mês de junho. A intenção do governo sempre foi que esses processos estivessem na rua de forma antecipada. A gente entende que houve a questão da comissão, votação no Senado, algumas mudanças na legislação que estão colocadas. Por ocasião da divulgação das portarias, há uma semana, as portarias saíram bem no dia do nosso temporal aqui em Porto Alegre, quando nós tivemos uma atenção prioritária para essa questão, nós passamos com o corpo técnico do DEMHAB a fazer o estudo da portaria, mas eu quero só dizer que nós não estávamos sem fazer nada ao longo desse tempo; todas as áreas que nós temos disponíveis no município de Porto Alegre, são aproximadamente 20 áreas – no Cristal, na Glória, na Estrada Cristiano Kraemer, na Av. Eduardo Prado, na Restinga, no Passo das Pedras –, nós estamos buscando habilitá-las para que, com a documentação necessária, possam fazer parte desta lista que venha a disputar a possibilidade que nós temos de sermos selecionados dentro

desse processo. Eu lhe digo, Vereadores Comassetto, Pablo, Dani e Karen, recebi do secretário nacional de habitação uma informação de que, por exemplo, as áreas destinadas às famílias da Av. Tronco – Rua Dona Zaida, Rua Banco da Província e Av. Jacuí, essas três que fazem parte foram selecionadas no ano passado, no Programa Protótipos –, elas entram novamente dentro desse programa, agora como Minha Casa, Minha Vida, sem as necessidades das alterações de projeto, ou seja, sem a necessidade da sacada e outras questões que foram colocadas, mas, no entanto, elas descontam do que vem a ser o potencial que nós temos para Porto Alegre. Eu não lembro do número exato, se não me engano são três mil e poucas unidades habitacionais que estão previstas para o Rio Grande do Sul, e de acordo com a Caixa Econômica Federal, em reunião que fizeram na última sexta feira, elas vão ser atendidas mais ou menos por fila, ou seja, em ordem de inscrições. Hoje, saio daqui, vou para a Caixa Econômica Federal me reunir, às 13 horas, com o superintendente Jairo Manfro, e amanhã nos reunimos de forma nacional com a vice-presidente de habitação da Caixa, Inês Magalhães. O que nós estamos planejando no DEMHAB em relação a esse ano: todas as áreas que nós tivermos com 100% da documentação, registro, questões cartoriais, enfim, habilitadas, nós inscreveremos esse ano para buscarmos o maior número de seleção; voltaremos a fazer no ano seguinte; a gestão que nos seguir, espero que faça no outro ano, e assim por diante. Nós temos um compromisso do governo federal, pelo menos assim anunciado, de 500 mil unidades habitacionais ao longo de quatro anos, e nós vamos estar preparados para fazer essa parceria ao longo desse processo. Entendemos, vereadores, que as contrapartidas estão já na questão dos terrenos. Há um interesse do mercado nos procurando, querendo saber se nós queremos fazer parceria privada, se nós temos interesse em comprar outros terrenos na cidade, e essa é uma discussão que nós estamos fomentando dentro do governo. Agora, garanto aos senhores que nós nos preparamos para atender a essa demanda, e acho que o nosso principal movimento... Tem algo que eu quero trazer para esta comissão também, presidente, Ver.^a Karen, todos os vereadores e as pessoas interessadas no tema da habitação: é que cabe ao

município de Porto Alegre, no caso do FAR, a indicação das famílias beneficiadas; no caso do FDS, às entidades que trabalham com ela. Sobre o processo de indicação dessas famílias, primeiro nós estamos em momento de recadastramento habitacional no município de Porto Alegre. Nós tínhamos 64 mil famílias, ou 64 mil nomes cadastrados, muitos sem NIS, muitos sem nenhuma possibilidade de contato, muitos de vários membros de um mesmo núcleo familiar. Nós estamos corrigindo isso através do exercício do recadastramento. Esse recadastramento vai até o dia 31 de julho, ele está disponível *online* no *site* da Prefeitura 24 horas, e nós temos feito ações em território para que nós possamos efetuar esse recadastramento. Fizemos em três terminais de ônibus já, fizemos no Mercado Público, amanhã faremos na Restinga, que é o bairro onde tem mais pessoas a serem recadastradas em Porto Alegre; voltaremos a fazer essa ação – estou aguardando as datas da direção do Mercado Público sobre quando o mercado está disponível, a área de eventos, para que estejamos lá – ao longo de vários dias, no mês de julho, no Mercado Público, e vamos fazer uma ação específica no bairro Rubem Berta, que é o segundo bairro onde mais pessoas têm para se cadastrar em Porto Alegre. O que vai acontecer, a partir do dia 31 de julho? Nós vamos fechar o cadastro, vamos divulgar, atendendo uma lei da Câmara Municipal, no dia 21 de agosto, todo o perfil do nosso cadastro, e vamos reabri-lo para que a gente possa receber novas inscrições. Eu acredito, Ver.^a Karen e vereadores Comassetto, Dani, Marcelo e Pablo, que ao final do ano, com os novos cadastros, nós vamos ter, efetivamente, a demanda atualizada de Porto Alegre. Nós temos no cadastro atual do DEMHAB muitas pessoas da mesma família dentro de um cadastro, do mesmo núcleo familiar, e muitas pessoas sem dados que nós possamos referir, e muitas pessoas de fora do município de Porto Alegre. Há gente cadastrada cujo endereço fica na Asa Norte, em Brasília, fica em bairros da periferia de São Paulo, do Rio de Janeiro. De alguma forma foram feitos esses cadastros ao longo dos anos e nós estamos cuidando, obviamente, para que isso não repercuta. Amanhã, seis horas da manhã, nós vamos estar com as equipes do DEMHAB no Terminal Nilo Wulff, na Restinga, e peço a todas as entidades que estão

presentes e que trabalham na luta da moradia que motivem os seus associados, militantes, enfim, a que se inscrevam para que a gente possa fazer um melhor atendimento dentro do programa. Estamos estudando também, Ver. Comassetto, as três portarias que saíram sobre a área rural aqui em Porto Alegre. Ontem tive uma conversa rápida com o secretário Cassio Trogildo, que cuida da questão desse segmento aqui em Porto Alegre para que a gente possa entender se há, efetivamente, um caminho para que a gente possa participar também do Minha Casa, Minha Vida destinado à Zona Rural aqui no Município. Acho que era isso, vereadores. Nesse momento estou à disposição. Só reforço que eu tenho mais uma hora aqui para a reunião com a Caixa Federal depois.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Quero agradecer a explanação do secretário André Machado. Saúdo a presença da Central dos Movimentos Populares, na pessoa da Marisa; da Associação dos Moradores de Ipanema, na pessoa do Sr. Aldo; do Senalba, na pessoa do Sr. Elton. Convido para compor a mesa o Sr. Bruno Mattos, representante da UAMPA, União das Associações dos Moradores de Porto Alegre. Lembrando que o nosso teto é ao meio-dia, agora estamos abrindo para as inscrições.

O Sr. Adrian Dario Pajolchek está com a palavra.

SR. ADRIAN DARIO PAJOLCHEK: Oi, tudo bom? Eu faço parte do Comathab, do Conselho Gestor do Fundo, e também faço parte da Câmara de Desenvolvimento Estratégico de Habitação. Eu queria saudar a todos os presentes e fazer um reconhecimento especial ao companheiro Engº Comassetto, que é uma pessoa muito comprometida com esta pauta, eu o conheço há muitos anos; ele, de forma muito clara e muito transparente, nos convida para tratar do tema habitação e encontrar soluções para o que são os entraves. Eu fico feliz porque hoje, como sociedade civil, me encontro diante do colega André, do Executivo, e também dos colegas da Comissão, como Ver. Pablo Melo, que é do Legislativo. Penso que começa por aí a construção da solução, quando Executivo, Legislativo e a sociedade civil, que tem como

objetivo fiscalizar, propor e também se mobilizar em prol da moradia, estão todos sentados hoje, aqui, debatendo um tema tão importante.

O primeiro ponto que eu quero esclarecer é que quando a Comathab se inteirou desse projeto de lei que foi encaminhado, se mobilizou imediatamente, fez uma reunião urgente e solicitou, via ofício, dia 7 de março – repito, dia 7 de março –, uma reunião com o prefeito para tratar desse tema, para que esclareça por que motivo, se ele próprio havia refundado o Comathab, ele havia reabilitado o conselho gestor, por que, nesse momento, ele tomava essa medida. Então a primeira resposta que recebemos, que o secretário também se referiu, foi que essa foi uma orientação da Fazenda, seguramente o prefeito perguntou: “De onde vamos tirar mais dinheiro para pagar as dívidas?” Viu que o Fundo de Habitação não estava sendo utilizado nos últimos anos, e disse: “*Bueno*, vamos a ele.” Então, e nós? Opa, não é mais assim! Mudou! Hoje temos um Conselho Gestor, hoje temos um programa nacional, o Minha Casa, Minha Vida, que está se reerguendo, então nós queríamos sentar e dialogar com o prefeito, que entende muito bem, para solicitar que ele retire desse PL pelo menos o Fundo de Habitação. Eu queria deixar registrado que a sociedade civil se mobilizou, solicitou e ainda está aguardando esse retorno. Por outro lado, digo, como órgão fiscal, o Comathab, que as palavras do secretário refletem exatamente o que se está fazendo em comunhão, tentando resgatar, de qualquer forma, nosso fundo, por meio de todo tipo de parceria, política ou pública que nos leve a atender principalmente as classes mais baixas, que seria a Faixa 1; e agora também com um problema maior que a Faixa 1, que são as áreas de risco. Então, dentro dessa proposta que estamos fazendo ao perfeito, e está no ofício, que, em prol também dos gastos que vão ter com as áreas de risco, retire desse PL o Fundo Municipal de Habitação. Que retire desse PL a utilização desse fundo. Porque também consideramos que ele pode estar melhor assessorado nesse aspecto, porque, é claro, a Fazenda não está a par do que está acontecendo na sociedade civil. Então isso diz respeito à posição do Comathab sobre o Fundo, sobre o que está se fazendo – e reconhecendo o trabalho do diretor e de toda equipe – para retirar esse fundo, porque essa pauta é muito importante.

É a segunda proposta que tu fizeste, depois do fundo, é no sentido de que forma vamos trabalhar – Município, Estado e governo federal – para estarmos preparados para receber a verba do Minha Casa, Minha Vida, correto? Não demora muito, uma boa notícia para vocês, porque nós, há dois meses mais ou menos, foi no mês de maio, que justamente, através da Câmara de Desenvolvimento da Habitação, a temática habitação, solicitou-se uma agenda com o governo do Estado, para a qual foi convidado o secretário estadual de Habitação, foi convidado o secretário municipal de Habitação e propusemos que, uma vez que as diretrizes do Minha Casa, Minha Vida e sua regulamentação estivessem – como estão já hoje – formalizadas, se encaminharia um termo de cooperação entre Município, Estado e governo federal para tratar de como se vai investir esse dinheiro no Estado do Rio Grande do Sul. Então, nós vemos que há uma mudança, por exemplo, nos governos anteriores, a política de habitação, tanto em nível municipal como em federal foi esquecida. E nós notamos agora que tanto o governo municipal, o governo estadual e o governo federal têm propostas, só que nós temos que trabalhar estritamente em conjunto – sociedade civil, Executivo, Legislativo –, para construirmos um termo de cooperação para apresentar ao governo estadual, com o nosso programa, as nossas expectativas e nossos anseios. Porque nós sabemos também que há muitas áreas de governo estadual, que estão dentro de Porto Alegre, que temos interesse que se negociem e haja uma contrapartida para poder construir. E outra coisa que quero deixar registrado hoje, é que nós temos que pensar na habitação como um todo; habitação e também desenvolvimento. Porque nós temos pela frente um problema muito sério que é a continuidade da ponte do Guaíba, que está esperando uma solução para cadastrar essas duas mil ou três mil pessoas que estão aí. Nós sabemos o Município de Porto Alegre tem que cumprir com sua parte e ajudar nisso. Então se dentro do problema que nós queremos botar nesse termo de cooperação com Estado e governo federal, não é só a construção de vivendas, mas também o desenvolvimento da infraestrutura. E para que se desenvolva a infraestrutura da ponte do Guaíba, primeiro temos que construir habitação, vamos começar por aí. Então, pedimos a esta Comissão que se

comprometa a ajudar a construir esse termo de cooperação para que, com as condições dadas, possamos colocar em prática. Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Adrian. A Sra. Ceniriani Vargas da Silva, do Movimento Nacional de Luta por Moradia.

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: Bom dia a todos, todas e todes, quero agradecer aos companheiros e aos vereadores que receberam essa demanda, desse debate tão importante e acolheram, e a presença do nosso secretário que vem aqui nos apresentar também um pouco do andamento das coisas. Em primeiro lugar, eu queria pedir ao pessoal que está com a tela que colocasse aquela lâmina onde aparece a arrecadação por anos, se possível. Como o secretário não aprofundou essa análise, eu gostaria de fazer uma análise desses dados.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: A tela nos mostra bem o que aconteceu de 2021 para frente, o declínio da arrecadação de recursos para o nosso Fundo Municipal nesta gestão Municipal do prefeito Melo. Então eu acho que esta é a principal análise que nós temos que fazer que, desde 2021, quando assume esta gestão, os recursos do Fundo foram sendo desviados, e a gente fala justamente desviados porque foi criado um outro fundo que é o Fundo de Gestão de Território. A principal fonte de arrecadação de recursos do Fundo Municipal de Habitação é o solo criado e, a partir da criação desse outro fundo, alguma parte deste solo criado foi, então, revertida para este Fundo de Território que a gente nem sabe direito o que acontece lá porque não tem nenhum controle social neste Fundo. Então, além disso, a gente tem agora, também, este desvio de finalidade buscando repassar também o pouco que temos para outros fins a partir deste projeto apresentado pela gestão Municipal. Sou da Coordenação Estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – Comathab e membro do Conselho

Municipal de Acesso à Terra e Habitação de Porto Alegre onde a gente tem acompanhado de perto esse processo, onde o próprio Conselho, inclusive com o apoio do próprio secretário, questionou que os recursos, que seriam nossa principal fonte, estavam sendo desviados e não fomos nem ouvidos. Então lá no Conselho Municipal, e aí falando um pouco sobre a questão dos recursos que sobram, dos recursos que não são executados, nós, enquanto Conselho, apresentamos uma série de possibilidades para execução desses recursos. Por exemplo, as demandas do Orçamento Participativo, historicamente estão registradas nos planos de investimento e não são executadas. A própria questão das casas de passagem que, depois de dois anos a gente pressionando para que saísse, finalmente parece que vai começar a acontecer e é uma forma de execução de recurso. Dizer que, e acredito que a gestão precisa reavaliar isso, a compra assistida, o bônus moradia não são uma política habitacional, a gente não pode aceitar isso, até porque a execução disso depende única e exclusivamente da família e é por isso que a gente tem uma execução tão baixa de bônus moradia, porque toda responsabilidade pelo processo de compra, pelo processo de todos os trâmites burocráticos fica na mão das famílias este compromisso de fazer isso e muitas dessas famílias não têm nem condições mesmo de escolaridade, de compreensão jurídica ou cartorial ou qualquer coisa para dar conta disso sozinhas. Isso demonstra o porquê a gente também tem uma baixa execução desse recurso que no último período acabou sendo a única ação que aconteceu com recursos do Fundo que, no sentido de garantir moradia de fato, foi o bônus moradia em situações de remoção. Então a gente tem um déficit habitacional imenso na cidade e os recursos do Fundo são utilizados quase que exclusivamente, uma boa parte deles, para a questão da remoção. E aí a gente tem vários desafios pela frente. Uma das questões também que apresentamos, enquanto Conselho, foi que se pudesse utilizar recursos do Fundo para auxílio à assistência técnica para as cooperativas habitacionais. Teve uma política, nos últimos anos, do DEMHAB de auxiliar as comunidades se organizarem em cooperativas habitacionais, mas não ter nenhum incentivo. Quer dizer, inclusive, que isso cabe aqui ao corpo de vereadores e vereadoras da

Casa avaliar isso também. Nós não temos possibilidade de destinação de áreas do Município para essas cooperativas habitacionais, a gente não tem possibilidade de utilizar recursos do Fundo Municipal de Habitação para auxiliar essas entidades, porque o grande desafio que a gente tem, antes da execução de um projeto, é a produção, elaboração, é o licenciamento, é toda esta etapa que as cooperativas que realmente são comunitárias não conseguem ter condições de fazer isso. São muitas questões, mas a principal delas é a gente observar este quadro que a gente tem esse declínio de arrecadação de recursos para o nosso Fundo Municipal de Habitação, acho que a gente não pode olhar a partir de uma perspectiva que diz que executamos 70 e poucos por cento ali, sendo que 70 e poucos por cento de, sei lá, um décimo do que foi arrecadado anteriormente não é um orgulho, pelo contrário é um motivo de grande preocupação a gente olhar para este quadro, e aí a gente sabe todo o esforço que o secretário tem feito para conseguir dar conta desta tarefa, mas que dentro de um conjunto que compõe esta gestão do Município não é fácil. Então acho que é, sim, motivo de grande preocupação a gente olhar para aquele quadro e observar que em 2021 a gente tinha 42 milhões dentro do Fundo Municipal de Habitação, a gente executou cinco, então isso não é um orgulho e a gente chegar hoje ao limite de fechar o ano de 2022 com quase metade do que tínhamos. E ainda agora esta questão de o prefeito retirar ainda mais, desviar de novo este pouco que temos para outros fins. Eu acho que, além disso, a gente precisa olhar com muito cuidado para o planejamento que vai ser feito nos próximos dias quando o Município for apresentar as áreas em que serão realizados esses projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida; eu acho que a gente precisa olhar com muito carinho para esta possibilidade de gravame de Áreas de Interesse Social aqui na Câmara de Vereadores, como a gente já fez aquele movimento muito forte no ano de 2014. A gente tem um grande problema hoje na cidade que não é apenas nesses locais onde muitas pessoas se cadastraram, que é Restinga, Rubem Berta, mas que é também o 4º Distrito que são mais de duas mil famílias em situação de ameaça de despejo e remoção e a gente não vê ali nenhuma iniciativa do poder público de construir qualquer projeto

habitacional para garantir que, pelo menos parte dessas famílias que não teriam condições de sobreviver em outro território, possam permanecer nesse território. A gente sabe que existem áreas públicas municipais ali e acho que é um local para gente pensar o gravame de áreas de interesse social, inclusive a gente tem aquela área imensa lá que era destinada à comunidade da Liberdade que pegou fogo, que está lá tomada de mato e a gente não sabe se vai ser feito realmente aquele projeto habitacional, aquela área era do Estado e foi cedida ao Município, e a gente não vê em nenhum lugar se falar sobre este tema, enquanto as pessoas estão há mais de 10 anos em casas de passagem, vivendo em total precariedade sem saber o seu destino. Desculpa se eu me passei. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O Sr. Humberto Cunha está com a palavra.

SR. HUMBERTO CUNHA: Sou presidente do IPES e aqui representando o Fórum Gaúcho de Entidades e Gestores da Luta Habitacional. Eu quero saudar a presidente da Mesa e todos os Srs. Vereadores; saudar meus companheiros de luta do movimento e também da UAMPA e dizer que quem vem de um outro tempo lembra que, lá na década de 70, houve também uma desvinculação de fundo, quando pegaram o dinheiro da previdência e botaram à disposição da União para gastar no que quisesse, mas era uma coisa assim, era só para tapar um buraco, só que esse dinheiro nunca voltou e até hoje se fala em déficit da previdência, quando o déficit é do governo. Quer dizer, pegaram o dinheiro da previdência e gastaram com assistência social ou com outras tarefas do governo, e o que ficou para a história é que tem um déficit da previdência. Então sempre que falam em desvincular fundo, a gente fica preocupado porque a gente sabe como começa e depois não sabe como termina. Mas o Município está dando passos, os Poderes estão conversando, tentando encontrar soluções. É importante dizer o seguinte: no fórum nós temos acompanhado muito toda essa questão ainda do antigo é Minha Casa, Minha Vida, depois Casa Verde e Amarela, o problema é que quando veio Casa Verde e Amarela, a primeira coisa

que fizeram foi cortar qualquer recurso para o faixa um, exatamente a camada mais pobre da população ficou sem poder apresentar projetos. Bom, aí podia dizer: Não, a entidade não podia, mas uma empresa podia. Acontece que faixa um não dá lucro, empresa nenhuma vai querer tocar projeto para o faixa um. E onde está maior o maior déficit habitacional é exatamente no faixa um. Então essa questão nos preocupa exatamente neste momento que está havendo essa repactuação entre Legislativo e Executivo e que se possa pensar que essas áreas que estão constantemente indo a leilão, entidade, seja ela uma cooperativa, um outro tipo de uma associação ou o que seja, não vai ter condição de entrar nesse leilão e comprar uma área, por mais que venha ser motivado. Não, vai lá e disputa! Não, vai lá, mas não tem recurso para comprar uma área como essa. Por outro lado, há uma preocupação constante do movimento, por exemplo, não sei aqui quem acompanhou nessa questão dos ciclones, acredito que o secretário deve ter acompanhado, mas imagina, por exemplo, a situação que ficou o pessoal do Túnel Verde, imagina a essa situação que ficou o pessoal do Beco do Buda. Mesmo aqueles que não foram lá e que não viram de perto, mas tentem imaginar. Esse pessoal todo está esperando, está ansioso, vamos dizer assim, está confiante que com a volta do programa Minha Casa, Minha Vida e o restabelecimento de uma faixa um urbana e também o estabelecimento de uma faixa um rural, quem é da área rural de Porto Alegre também está interessado nisso, confia que o Município de Porto Alegre vai oferecer contrapartidas adequadas para que o programa realmente possa se implantar, mas não só mais colocando a população lá, depois do depois, mas trazendo-a mais para o Centro, mais para as áreas onde tem realmente infraestrutura. Nesse sentido é que fica o nosso apelo, que o Poder Executivo e o Legislativo possam pensar bem essa questão da destinação dessas áreas ou outros imóveis. Existem imóveis abandonados no governo, pertencentes ao poder público, e que essas áreas e imóveis possam ser pensados, possam ser também ser destinados a entidades. Porque, por exemplo, na minha entidade, no Chapéu do Sol, tem um condomínio em que colocamos 720 famílias, junto com a Coohadil, o Nelson não pôde vir aqui hoje, mas mandou um abraço, foram mais

360, foram 1.080 famílias ao todo. Nessas 1.080 famílias são quase 5 mil pessoas. Tem município aqui na Região Metropolitana que não tem 5 mil habitantes. As entidades são capazes, as entidades vivem o dia a dia do povo. A experiência de vocês deve ser a mesma também, a UAMPA está aí também, enfim. Esse era o apelo que eu queria deixar que essa retomada não fique concentrada apenas nas empresas, mas que realmente possa se destinar áreas e imóveis para as entidades. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigado. Humberto Encerraram as inscrições. Quero saudar a presença da Ver.^a Fernanda Barth, vice-presidente desta Comissão. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado. Aqui já numa segunda rodada, cumprimentando a colega Fernanda, eu tenho uma dúvida, e a minha pergunta é para o Adrian que coordena o Fundo e para o secretário, obviamente. Se nós olharmos esse mapa aqui, eu não tinha me dado conta, mas com a fala da Ni, se a cada ano tem uma arrecadação que foi uma média de R\$ 20 milhões, saiu um outro lá, e o gasto é mínimo, então esse fundo está bem estufado? Porque a lei é agora que mandou para que, cada ano, retire o dinheiro do Fundo. Esse dinheiro não deveria estar acumulado no Fundo? É um questionamento que surgiu aqui e eu não tenho resposta para isso. É, é a lógica da conta corrente. Bom, primeiro isso. Segundo, quanto realmente tem no Fundo hoje? Porque aqui diz, mas a gente não sabe o que tem no Fundo. Mas é que, quando veio o projeto para a Câmara, veio na instrução e na discussão nossa que tinham R\$ 35 milhões no Fundo, e como foram arrecadados, este ano, R\$ 10 milhões até agora, são os trinta e pouco milhões mais os R\$ 10 milhões? Só para o senhor poder exemplificar para nós aqui. Bom, quanto à lei e quanto a esse imbróglio da não aplicação da lei ainda, a gente conversa com todo mundo, a Caixa Econômica Federal nos diz que o Município tinha mandado uma proposta para aplicar para 20 beneficiários. Eu ouvi isso e trago aqui com tranquilidade para nós podermos ver isso. E se não é verdade, qual é a meta da cidade para

este ano, a partir de julho, como o senhor preconiza em termos de cotas para poder aplicar? Porque o número de projetos que tem em Porto Alegre deve ser de cinco mil, dez mil hoje, eu não sei o número exato que estaria disponível para receber isso. Bom, aí nós entramos numa questão local aqui a respeito das áreas e dos recursos, e o Humberto traz o tema aqui. As entidades construíram, ou estão terminando, em torno de 2.500 unidades nesses últimos quatro anos. É uma cota quase parecida com a que o Município conseguiu entregar. Então acho que, acho não, tenho certeza de que as entidades são parceiras, porque o cadastro é o mesmo. Por exemplo, lá no Jardim das Figueiras I, a cooperativa que não está aqui, do seu Nelson, acolheu todo aquele pessoal da Vila Tripa que estava lá na Estrada da Serraria, há 20 anos, esperando, era uma contrapartida do Terraville, isso e aquilo. Essa agenda de relacionamento com o DEMHAB, ali no Campo Novo vão ser acolhidos mais 40 agora, exclusivamente indicados pelo DEMHAB. Dá para fazer essa agenda de parceria, as entidades têm essa agilidade. Se nós pudéssemos, como o senhor falou de destinar as áreas para as empresas, nós queríamos colocar na agenda empresas, vírgula, entidades. Se eu não ouvi completo, peço desculpa, mas eu acho que esse é um tema importante para a gente poder fazer, Pablo, são parceiros, e o cadastro é o mesmo. Por falar em cadastro, aqui eu concluo a minha fala, não é uma exigência, mas nós precisamos mudar o formato da Prefeitura trabalhar com o FAR. Fernanda, como é que é feita a indicação das famílias no FAR? É feito o projeto, é aprovado o projeto, é contratada uma empresa, é construído, na hora de entregar, chama e faz o sorteio. Colocam, eu vou usar uma expressão popular aqui, alhos com bugalhos, porque as pessoas vêm de tudo que é canto, elas não se conhecem, não se familiarizam, junto entra o tráfico, que é o caso do Ana Paula, do Camila, não sei o que mais, e expulsam as famílias de lá. Se nós pudéssemos ter uma agenda, o Município tem condições para isso e tem recursos no programa, começar a... O projeto iniciou a construção, são 500 unidades, já selecionar as famílias e ter um trabalho técnico-social antecipado, levando em conta a territorialidade. Não é pegar o cara do Rubem Berta e morar na Restinga, ou o da Restinga morar na entrada da cidade. Na entrada de

cidade, tem dois mil que ficaram alagados agora ali. É claro, tem umas outras agendas grandes, Pablo, que nós não podemos deixar passar, por exemplo, com o Inter, com o Grêmio, que têm responsabilidade de contrapartida, mas isso é um outro debate para nós fazermos. Então, secretário, eu concluo a minha fala aqui, é no sentido de nós darmos agilidade para credenciar. As entidades têm 22 mil unidades para construir este ano. Dessas 22 mil, nós estamos pleiteando para vir umas 8 mil para o Rio Grande do Sul. No mínimo, umas 2 mil nós podemos fazer uma agenda em conjunto para colocar em Porto Alegre. É grande isso, junto com as entidades. Essa é a agenda deste momento, tem que apresentar as propostas já de imediato. Se tiver área, a gente já sai na frente, não precisa ser para todos, mas vamos listar essas áreas aí. O secretário falou em 20 áreas, se não me falha a memória, o número que citou; bom, 20 áreas, que talvez estejam no cadastro do DEMHAB para licitação com habitação. Mas, na lista, nós temos ela aqui, todos nós, vereadores, temos, na lista do patrimônio do Município tem mais de 1.500 áreas. Não precisa ser áreas grandes, dá para 20 para 30, 40, até é melhor, porque a gente não concentra muitos grandes empreendimentos, fica difícil fazer o gerenciamento. Eu concluo dizendo que nós conseguimos agora, na portaria que saiu, um avanço, que as entidades vão ficar fazendo a gestão até dois anos – nós queríamos por dez anos – após a entrega, para poder preparar, para que não aconteça de entrar lá e expulsarem as famílias. Eu concluo aqui os meus questionamentos nesse sentido. Nós gostaríamos de tirar daqui quais são as áreas que podemos fazer e chamar uma reunião com as entidades, faz convênio, faz compromisso, seleciona junto. Quem faz o NIS, tudo é o DEMBAH, quem repassa, sem o DEMAHAB, não sai projeto nem para a entidade nem para a empresa. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A Sra. Marisa está com a palavra.

SRA. MARISA DA SILVA SANTOS: Bom dia a todos e todas e todes; eu fui convidada para sentar à Mesa, não quis sentar ali, porque já tinha representação ali na Mesa, e os movimentos trabalham articulados. Sobre essa questão, se a

gente lembrar bem, no governo passado, a gente esteve muito vezes nesta Casa, porque queriam acabar com os conselhos de direito. Então a gente teve todo o governo passado que queria acabar com os conselhos de direito, para tirar a nossa questão de fiscalização, e também tivemos um governo federal que não trabalhou para a questão da habitação de interesse social. Nós tivemos um atraso, e para nós, que as nossas conquistas são mais demoradas, quando há um atraso, um retrocesso, a gente perde muito mais. A gente sabe o quanto ficou paralisado. O governo, eu acho que nunca se criou tanta cooperativa como se criou no governo passado. Por que é que se criaram as cooperativas? Está muito claro isso: para não ter cobrança da falta de política pública de habitação de interesse social. Hoje em dia, as pessoas cobram da cooperativa, que não tem condições de fazer um projeto, de tocar para frente qualquer coisa. Eles tiraram a cobrança deles e passaram para as cooperativas. Então, as comunidades cobram da cooperativa em vez de cobrar de quem tem que fazer habitação de interesse social, que é o governo. Teve o desmantelamento do DEMHAB também. O DEMHAB tinha poucas... era um deserto o DEMHAB, porque a política daquele governo era acabar com o DEMHAB também, para a gente não ter nem um espaço onde pudesse discutir sobre o que interessa para Porto Alegre, para as comunidades, que é essa questão das habitações de interesse social. A gente teve um retrocesso em tudo, para retomar é muito difícil. Quando tu colocas pessoas erradas no lugar, depois, para tu retomar, é difícil trazer tudo de novo. Então nós temos o que hoje em dia? O OP, que tem a temática de habitação esvaziada, porque as pessoas não acreditam mais. Tu pegas e colocas R\$ 560 mil para uma temática que trabalha a cidade toda, e as temáticas discutem a cidade, não é como o FLOP, que discute a região. Então fica lá a gente brigando por R\$ 560 mil, que, na realidade, para habitação é muito pouco, não tem como usar. Aqui no Centro mesmo, a gente botou para projetos. Qual o projeto que consegue se fazer com esse valor? O que as cooperativas vão conseguir fazer com esse valor? É interesse, é prioridade, tudo que eu penso na minha vida é prioridade. É prioridade do governo trabalhar com ... Aí eu estou tirando... A questão do secretário Machado, é parceirão e teve projeto, mas a

gente precisa saber se, nesta gestão, é prioridade a questão de habitação de interesse social. Se é prioridade, não está sendo demonstrado isso a partir dos recursos que são destinados para essa questão. Eu não vou me prolongar, eu teria muito mais coisa para falar aqui, mas vou respeitar, porque tem ainda a resposta e muita coisa eu fui contemplada nas fala dos companheiros. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Marisa. O Sr. Luiz Carlos está com a palavra.

SR. LUIS CARLOS DE ALMEIDA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O aquecimento global, cada vez nós temos mais e com mais regularidade fenômenos climáticos extremos, como o ciclone extratropical que nos atingiu, que causou tragédia em vários municípios. Nós estamos entrando num período de El Niño, e Porto Alegre tem um conjunto de áreas de risco, que o próprio levantamento que a Prefeitura contratou indicou, aí a minha pergunta para o secretário, porque, ao mesmo tempo, nós estamos correndo o risco perder recursos do Fundo Municipal de Habitação para o caixa único da Prefeitura, então a pergunta que eu gostaria de deixar para o secretário André é: o que a secretaria está pensando no sentido de utilizar os recursos que estão disponíveis no fundo, para projetos para atender essas famílias que estão em áreas de risco, principalmente aquelas em áreas de alto risco e que estão cada vez mais ameaçadas de viver uma tragédia pela própria situação climática que nós estamos vivendo e que tende a se agravar, inclusive, neste inverno, com o El Niño? Era essa a pergunta. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Secretário André Machado, tens 20 minutos, no final a gente vai para os encaminhamentos; eu peguei já algumas das questões que vocês colocaram nas falas, acho que o Ver. Engº Comassetto, proponente, também tem uma ideia de a gente continuar usando a comissão para seguir levantando demandas em relação ao trabalho que a gente tem que construir daqui para frente. Por gentileza, secretário.

SR. ANDRÉ MACHADO: Obrigado, vereadora. A minha intenção é não deixar nenhuma manifestação sem resposta, mas quero antecipadamente parabenizar a comissão por este debate, talvez debate mais rico sobre habitação que eu participei em Porto Alegre desde o início da gestão, e isso para mim é importante, que a gente tenha esses fóruns mais significativos, como a Marisa colocou ali sobre a questão da desmobilização em alguns segmentos de participação popular, muitas reuniões que participei na temática da habitação foram mais significativas do que muitas reuniões que fizemos no Comathab, pela qualidade do debate e pelo envolvimento das pessoas em relação às pautas. Eu acho que é algo que nos alia aqui, independente do partido que seja, os vereadores que estão cada um é de um partido, eu sou de outro partido, mas nós não nos conformamos com a situação que nós temos. O que existe de moradia, não irregular, pois a irregularidade, infelizmente, num País com tanta desigualdade como o nosso, vai estar sempre presente, o que nos indigna e acho que indigna todos é a falta de dignidade das pessoas nos lugares em que vivem aqui em Porto Alegre. Eu percorri, vereadora, como secretário municipal de habitação, a partir da coordenação do prefeito, quando nós tivemos o ciclone, nesta última semana, várias regiões de Porto Alegre – não sei quem falou sobre Túnel Verde, acho que foi o senhor –, fui a lugares muito piores que eu desconhecia na cidade, porque há uma cidade que a gente frequenta, inclusive nas comunidades, e há setores profundos nessa comunidade que, por mais que a gente caminhe, sempre há uma área do Morro da Cruz que me surpreende, sempre há uma área do 4º Distrito que me surpreende, porque elas conseguem ser piores do que as outras, com pessoas mais abandonadas do que as outras. O que eu vi, lá no Beco Guajuviras, no bairro Aparício Borges, onde duas casas desabaram, e nós não estamos aqui hoje fazendo essa reunião para falar sobre sete mortes em Porto Alegre porque Deus não quis –, Deus não quis, aquela família morreria. A gente atua imediatamente – e sem querer estou indo na pergunta do Luiz Carlos em primeiro lugar – para salvar essas vidas; diante de todo problema que nós temos eu digo que hoje a nossa prioridade é lutar para que não tenhamos mortes ao longo desse processo. A gente tem buscado, em todos os segmentos – no

plano internacional, com o banco alemão; no plano do sistema financeiro nacional, com o BNDES; junto ao governo federal, em reunião com a Secretaria para os Territórios Periféricos, que trabalha essa questão de risco dentro do Ministério das Cidades –, caminhos para que nós construamos projetos que, infelizmente, Luiz Carlos, vão chegar depois dos efeitos que o El Niño trará para cá. Eu não tenho dúvida nenhuma, e não é por inação, que nós não vamos conseguir chegar antes do El Niño em todos os lugares, mas eu espero que em alguns a gente consiga. A gente nunca sabe as vidas que a gente salva, a gente sabe aquelas que nós perdemos, infelizmente, eu digo isso porque no caso da Rua da Represa, por exemplo, em que nós atuamos quando houve, antes de ocorrer a segunda morte, uma morte em 2017, antes da segunda morte nós atuamos lá, e nós conseguimos remanejar um volume significativo de famílias, acho que quarenta de cento e poucas, outras sessenta se recusaram; nós não sabemos se salvamos aquelas vidas, mas saber que nós agimos, que o poder público agiu, que o Município de Porto Alegre agiu, nos dá alguma tranquilidade. Meu amigo Adrian, vou tentar agora responder um a um; é de conhecimento do prefeito a posição do Conselho Municipal da Habitação em relação a esse projeto de lei, que tem como fórum de debate agora esta Câmara, e pode ser modificado se assim entenderem os vereadores que ele deve ser. Quero destacar uma questão que é muito importante, e você falou sobre a responsabilidade do Município sobre a ponte do Guaíba: antes de vir aqui eu conversei com algumas lideranças aqui na região, porque essa é uma pauta que está no nosso colo, e não é uma responsabilidade direta do Município. O Município acompanha e vai acompanhar porque ali existem cidadãos de Porto Alegre que estão vivendo em situação cada vez mais precária, mas o que há naquele espaço foi uma determinação do governo federal, e quando eu falo em governo federal, por favor, não personalizem em governos, eu não estou falando do governo Lula ou do governo Bolsonaro, essa é uma questão que vem de antes, do momento em que traçaram a rodovia, porque alguém traçou a rodovia e decidiu que ela desembocaria em cima de onde há uma comunidade onde moravam 400 pessoas e que agora há pelo menos 700, no último levantamento feito pelo DNIT.

O que foi encaminhado lá naquele instante? Que o DNIT pagaria, através de compra compartilhada, as moradias das famílias. Isso foi feito nas Ilhas e há uma expectativa das famílias que estão desse lado e que ali ficaram que isso fosse feito. Quando a gestão do governo Bolsonaro encerrou o contrato com a Queiroz Galvão – se não me engano era a construtora –, encerrou-se também esse processo, e a zero de orçamento federal, neste ano, para esse tema. No ano passado o prefeito reuniu a bancada federal gaúcha, reuniu vereadores, numa reunião lá no Centro Administrativo, pedindo apoio, ainda antes do processo eleitoral, para que nós pudéssemos ter recursos garantidos, para que pudéssemos começar agir naquele local. E é isso que está se tentando; nós estamos tentando uma solução dialogada com o governo do Estado e com o DNIT, mas não podemos trazer para o colo do Município, que é o braço mais fraco desse processo, onde o dinheiro está lá em cima, a responsabilidade pela realocação daquelas famílias. E há uma questão que vocês, que fazem parte dos movimentos sociais, podem nos ajudar nesse processo: o governo tem falado, os interlocutores do governo federal que têm nos procurado, em produção habitacional, só que o que foi ofertado do outro lado das Ilhas faz com que as famílias rejeitem produção habitacional; as famílias querem compra compartilhada em valores superiores ao que o Município pratica, como já era da outra vez – quero saudar o conselheiro do Comathab, o Elton, que está aqui, no governo anterior, quando o pagamento da compra compartilhada para as famílias das Ilhas era o dobro do valor praticado no Município de Porto Alegre. Acho que nós temos um problema muito sério. Ver. Eng^o Comassetto, acho que nós precisamos sentar com o governo federal e traçar uma boa estratégia, senão nós vamos levar alguns anos, vai terminar a nossa gestão em Porto Alegre, vai terminar o governo Lula, o mandato, e nós não vamos ter conseguido encaminhar isso aí. Os governos não têm conseguido trabalhar isso e acho que a gente precisa chegar mais próximo. Eu queria, conselheira Ni, olhar para esse mapa de uma outra forma. O ano de 2021 é um ano fora da curva, na saída da pandemia, a média de arrecadação é de R\$ 22 milhões ao ano, ou seja, nós caminhamos para o ano de 2023 para uma arrecadação acima da média. Ok,

tem que atualizar valores, eu estou falando de forma genérica, mas a gente tem uma manutenção dos valores no fundo em relação à média histórica de arrecadação. Particularmente, eu sou a favor que todos os recursos dos índices consultivos venham para o Fundo Municipal de Habitação. Agora, essa é uma construção que tem que ser feita nos mais diferentes âmbitos: no âmbito do governo, no âmbito desta Casa. E foi esta Casa que aprovou a destinação do Fundo de Gestão de Território, ou seja, respeitando também o Poder Legislativo dentro desse processo.

Quero colocar que há um equívoco na informação de que o Fundo Municipal tenha sido usado para remoção no pagamento do Programa de Compra Assistida. A quem nós estamos pagando? Nós estamos pagando, prioritariamente, àquelas famílias que estão aproximadamente 10 anos em aluguel social aguardando atendimento do DEMHAB. Nós fizemos isso a partir de uma negociação com os moradores da Vila Liberdade, referiu-se aqui àquele terreno que aguardava atendimento, era a arma que tinha na mão para dar dignidade às famílias, e temos conseguido um bom resultado, com famílias satisfeitas, ao longo desse processo. Possibilitamos às famílias da Tronco, que pudessem fazer esse atendimento, 140 não é um número baixo, a gente queria que fosse mais, mas a média do DEMHAB, nos anos que nos antecederam, era de dois, três, quatro pagamentos de bônus habitacional. Nós estamos conseguindo agora ampliar esse volume. Então, ele é um programa que funciona como alternativa. Acho que o nosso grande desafio, dentro do departamento, é possibilitar às pessoas que, quando procurem, encontrem lá um atendimento que possa servir ao seu interesse, por isso a compra compartilhada. Há um outro projeto que está pronto para vir pra cá, que tem diálogo com um projeto, que inclusive o governo Lula vai acabar apresentando, que se chama Aluguel Mais Leve, que nós não apresentamos ainda porque nós entendemos que precisamos, primeiro, mobilizar a força de trabalho para consolidar tanto compra compartilhada quanto morar melhor, e o imenso trabalho que nós vamos ter agora nos projetos do Minha Casa, Minha Vida. Vou voltar a fazer, conselheira, um pedido que fiz ao Getúlio Vargas, numa reunião que nós tivemos lá no

DEM HAB: encaminhe-me a relação das famílias que estão ameaçadas de despejo em Porto Alegre. Já pedi isso aos movimentos sociais, que sempre apresentam números: são tantas famílias, tantas aqui, tantas ali. Apresentem-nos essa relação para que a gente possa ver como o município já está agindo. Nós temos conhecimentos de algumas, porque o DEM HAB acompanha, via Cejusc, essas relações, mas não tem de todos.

Em relação ao 4º Distrito, quero dizer que os recursos do Fundo de Gestão do Patrimônio, por determinação do prefeito Sebastião Melo, e deve vir um projeto de lei para esta Casa, muito em breve, alterando parte desse processo. Vai servir para que nós construamos 256 ou 254 unidades habitacionais do Residencial Barcelona, na Av. Loureiro da Silva. O edital para licitação do projeto foi para a DLC. Eu espero, Ver. Pablo, que isso saia nos próximos meses. O projeto vai ser pago com recursos do Fundo Municipal de Habitação e a obra com recursos do Fundo de Gestão do Patrimônio, que é justamente esse fundo que trata da venda dos demais empreendimentos.

Humberto, eu acho que nós podemos iniciar uma conversa, além das áreas da habitação, acho que vem ao encontro também do que diz o Ver. Comassetto, com o secretário André Barbosa, com o prefeito, para discutir se nós podemos trabalhar com algumas dessas áreas para possibilidade de uso de habitação e interesse social, com as cooperativas. Eu quero dizer que, quando eu assumi o DEM HAB, havia um projeto que não foi encaminhada a esta Casa, uma minuta de projeto de lei, sobre a qual discuti muito, inclusive, com Adrian, naquele momento, que destinava seis áreas para alienação e possível venda para as cooperativas. No entanto, o projeto, da forma como foi construído, determinava uma parceria com a Caixa Econômica Federal, para um programa que a Caixa não tinha mais, e ele me parecia destinado a atender especificamente cooperativas mesmo que não tivesse esse nome – isso não é justo. Não é justo que eu faça um projeto para entregar uma área para um local sem possibilitar que haja, entre essas cooperativas, uma possibilidade de manifestação de interesse sobre aquele projeto. E a gente refez e entendeu que aquela forma não seria adequada, mas nós estamos disponíveis para ir adiante. Tenho muito

carinho pelo Figueiras, enfim, tenho amigos que moram lá naquele local. E acho que é um dos empreendimentos que ajudou muito o Município de Porto Alegre a ter uma posição, como teve agora na última pesquisa do IPEA, de melhoria na questão da dignidade da moradia aqui do município.

Ver. Comassetto, o Herbert, que está aqui ao fundo, é servidor do DEMHAB, é o responsável pelo nosso orçamento, hoje diretor administrativo e financeiro. Essa questão do saldo no fundo, eu vou lhe falar de uma maneira genérica, o Herbert pode até me ajudar. O que nós temos do município? Primeiro, todos esses recursos que vieram antes, houve uma lei que foi trazida para cá, a Ver.^a Karen estava aqui naquele momento, acho que ainda pelo prefeito Marchezan, que desvinculou esses recursos. Então tudo que tinha, foi-se. E eu imagino que do Fundo Municipal de Habitação – são dados que nos precedem – tenha ido algo na casa de R\$ 100 milhões, ou seja, um valor muito significativo que veio para as medidas emergenciais, que nós sabemos também que foram necessárias algumas delas em razão da covid. O que nós temos acertado com a Secretaria da Fazenda por parte secretário Fantinel, em acordo com o prefeito? Isso vale para a nossa gestão. Nós gastamos tudo que tem no ano, ou seja, eu gasto os R\$ 10 milhões que eu tenho no ano, e eu tenho toda a sobra do ano anterior à minha disposição, ou seja, eu tenho mais ali um espaço de R\$ 19 milhões ainda pra utilizar. “Ah, por que não bota na rua todo esse dinheiro?” Porque, entre outras coisas, eu vou precisar formar uma poupança desse recurso do fundo para pagar contrapartidas de projetos, como o projeto do Pró-Moradia aqui em Porto Alegre. A não ser que a gente tenha uma ampliação de recurso por parte do governo federal, que a gente precisa avançar nesse discurso com o Ministério das Cidades. O Pró-Moradia tem uma contrapartida alta para nós.

A questão da indicação do FAR, Ver. Comassetto. Eu tenho, por determinação e por convicção, de que nós devemos, com a contratação, fazer a indicação das famílias e não deixar para o momento da entrega dos apartamentos. Eu tenho uma dúvida que eu compartilho aqui, e acho que nós vamos discutir isso muito no Comathab, no futuro, quando chegar o momento, sobre a questão da... Eu

acho que a territorialidade é um elemento que deve contribuir para a seleção, mas eu sempre penso e uso o exemplo do que será feito daquele inscrito no Minha Casa, Minha Vida, no Lami, se lá dificilmente nós vamos ter um projeto habitacional aprovado. Ou seja, parece-me que nós temos que construir uma série de critérios, priorizando os aspectos federais, o tempo que essas pessoas aguardam dentro do – isso são ideias, não é uma determinação – cadastro, tem pessoas que estão inscritas há um mês, pessoas que estão inscritas há 15 anos. E a questão do território, que ela é importante, mas eu acho que não deva ser a questão prioritária.

A Marisa fala sobre as criações de cooperativas incentivadas na gestão anterior. Se não me engano, Marisa, são hoje mais de 70 cooperativas habitacionais que nós temos cadastradas dentro do DEMHAB, com as mais diferentes finalidades, algumas delas para trabalhar na produção habitacional, outras tratando só da própria compra da área, da gestão dos seus territórios. Nós estamos tentando, e aqui faço referência ao que a Ni também referiu, nós aprovamos, o ano passado, no Comathab, R\$ 1 milhão pra qualificação de pelo menos 10 projetos habitacionais, isso foi aprovado. Eu já determinei, estou aguardando, tem que me atualizar em que ponto está para que isso de fato saia o edital, e as cooperativas possam participar, é o nosso interesse fazer isso sim nesse ano. O DEMHAB passou sim por um processo de desmantelamento, sucateamento. Eu sou muito grato ao prefeito que percebeu a precarização que nós estávamos no atendimento. Nós contratamos, nesta gestão, no DEMHAB, 27 novos servidores nesse ano, três servidores no ano passado; ano passado foram três economistas que era o concurso que tinha em aberto; esse ano, vai me falhar algum dado, mas contratamos mais assistentes administrativos, contratamos mais administradores, contratamos mais engenheiros – dei posse a um inclusive na semana passada –, e contratamos mais assistentes sociais. Nós tiramos das mãos da política a área da assistência social do DEMHAB. Historicamente – historicamente –, independente do governo, quem geria a área da assistência social do DEMHAB era um cargo em comissão. Hoje é uma FG, é uma servidora de carreira, uma assistente social, pra tirar o componente político sobretudo

desta questão que mais nos importa, que é o momento da entrega. Ela tem que ser técnica, em cima da necessidade das pessoas, e não em cima de critérios políticos que atendam à ocasião. Nós estamos pedindo pro governo mais quatro arquitetos que não foram contratados daquela vez, porque não havia concurso. O concurso foi feito, passaram quatro pro DEMHAB, e nós estamos pedindo, nesse momento, a contratação dos quatro. Nós estamos encaminhando aqui em Porto Alegre, e eu espero que isso signifique um novo momento pro Município. Quero dizer aqui aos vereadores que fazem parte da base de apoio do governo federal, há uma enorme expectativa em relação ao discurso que o governo assume nesse processo, acho que a vinda do presidente Lula e a ida dele a uma cooperativa habitacional aqui no Estado, ele faz justamente mostrando que este é o caminho. Nós temos 540 moradias aprovadas no Pró-Moradia, onde já se iniciou o trabalho técnico e social com a designação dessas famílias, Ver. Comassetto, e nós esperamos poder começar essa obra muito rapidamente aqui em Porto Alegre. Nós já temos a empresa selecionada para a execução do projeto protótipos, que são três condomínios ali no bairro Santa Tereza, que antes era Casa Verde e Amarela protótipos, agora vai ser... Esses não são os teus vizinhos, o Pró-Moradia é teu vizinho; o Tamandaré é o Pró-Moradia, os outros não são, os outros são ali na Jacuí, Banco da Província e Dona Zaida, mas nós temos desde abril do ano passado tentando contratar com o governo federal, e tivemos a mudança do governo no meio do caminho, e o governo adequando ao seu programa, e eu espero que agora efetivamente saia. E a gente tem essas 254 unidades do Barcelona, que estão sendo encaminhadas agora com a contratação efetiva do projeto, é uma demanda muito antiga do Orçamento Participativo. Aliás, sobre o OP, os valores que não estão sendo atendidos em um ano, nós temos usado os recursos do fundo pra garantir atendimento do outro, porque a grande dificuldade que nós temos é na contratação das empresas de topografia, tendo em vista que os valores que são apresentados, que são disponibilizados, eles nos dão pra topografia e mais algumas coisas que nós encaminhamos agora ao conselho do Orçamento Participativo um debate, um menu maior de propostas da habitação.

E, por fim, Luis Carlos, essa questão das áreas de risco nos preocupa demais. Porto Alegre tem 142 áreas, 52 de muito alto risco, e a gente vem, desde o ano passado, discutindo esse tema com um grupo de trabalho no Município, que eu lidero, e o nosso foco estava integralmente nas áreas de muito alto risco. O que que nos preocupava? Salvar vidas! Muito alto risco, onde tem deslizamento, enxurrada, queda de blocos, ou seja, há situações que podem tirar a vida. E onde nós tivemos os eventos? Na travessa São Luiz, Beco Guajuviras e João Betancourt no bairro Cascata. São todas áreas de alto risco, nenhuma é de muito alto risco. Ou seja, a gente não tem como prever, infelizmente, onde nós vamos ter algum desastre, algum deslizamento. Nos cabe olhar, reforçar a Defesa Civil, se já não chegou, Ver. Pablo, está chegando nesta Casa um projeto que reforça a Defesa Civil de Porto Alegre, que vai criar os núcleos comunitários de defesa civil a partir da distribuição do Orçamento Participativo, e tentar, no mínimo, dar a primeira coisa que nós temos que dar às pessoas o direito, que é de informação. As pessoas têm que saber que vivem em áreas de risco, e a gente, obviamente, criar programas capazes de atender. A nossa grande limitação, e quando a gente vai no OP, ontem eu estava no FROP Nordeste, hoje vou estar no FROP da Glória. O pessoal chega e diz assim: “Ah, é sempre recurso, sempre recurso...” Infelizmente, é sempre recurso. E pode parecer estranho né, que tem alguns recursos sobrando aqui, e recursos também faltam; são as imensas dificuldades que a gente tem de colocar, na prática, os projetos que a gente constrói junto com a cidade, pelas questões burocráticas.

O secretário Cezar Schirmer, pra eu encerrar aqui, que é colega vereador de vocês aqui na Casa, usa uma expressão que pra mim é grande e eloquente, não é, secretário, foi secretário estadual da agricultura, secretário da fazenda, secretário da segurança, trabalhou no governo federal, na gestão Bolsonaro, no início do governo, foi prefeito de Santa Maria, disse que nunca via um lugar onde é tão difícil tu encaminhar alguma coisa na questão de vencer a máquina, a burocracia interna, como na Prefeitura de Porto Alegre. Esse me parece ser um grande desafio que a gente tem pra fazer com que as pessoas possam ter aquilo que precisam, que é dignidade, no nosso ponto de vista, da nossa perspectiva

da habitação, a uma moradia digna. Obrigado, vereadora, obrigado vereadores, obrigado a todos vocês que estão aqui neste dia.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradeço ao secretário; dizer que esta comissão está à disposição dos movimentos sociais, das entidades, pra gente seguir construindo a análise do problema e buscando minimamente algum tipo de mediação que possa mitigar os projetos que estão vindo por parte do Executivo. Eu acho que foi apresentado como a grande alternativa, hoje, nessa reunião, destituir, do projeto de lei apresentado, a presença deste fundo. Então a gente construir junto, Ver. Pablo Melo, uma emenda que a gente possa construir isso, inclusive com os vereadores da CUTHAB aqui presentes, pra tirar este fundo da composição deste projeto. Acho que essa foi a principal alternativa levantada pelas cooperativas, pelas representações das cooperativas e dos movimentos de luta pela moradia. Queria passar pro Ver. Engº Comassetto, que é o proponente da pauta, para me ajudar a encaminhar. Que mais tu levantaste?

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado. Vou ser sucinto e objetivo, porque entendo que reunião tem que deixar algo organizado propositivamente. E aí agradecer aqui a acolhida da Karen, do Pablo, aqui da comissão, e dos demais vereadores que estiveram aqui; agradecer o secretário André Machado, pois sempre tivemos um bom diálogo, e os movimentos sociais que estão aqui representados. Quero dizer o seguinte: eu fico feliz com a fala do André, porque é o primeiro secretário que eu lembro, pelo menos nos últimos 10 anos, que diz que está conhecendo as áreas de risco da cidade, porque os outros a gente nunca ouviu dizer, e como nós temos 720 vilas irregulares em Porto Alegre, dos diversos quilates, e 124 áreas de risco, isso não é pouca coisa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): É, 142; gravei o número que o senhor falou. Então, porque eu quero reforçar esses números? Isso não é pouca coisa,

e eu quero dizer com todo carinho que tenho à política habitacional e à postura do DEMHAB, por mais esforço que DEMHAB venha a fazer, não vai conseguir dar conta do recado. E aí que é a agenda que nós estamos colocando aqui, nós queremos fazer uma grande parceria para enfrentar esse tema habitacional, secretário. E aqui o senhor sabe da nossa postura histórica, inclusive aqui os outros vereadores me chamam e dizem: “Ah, o vereador nacional”. Bom, a gente tem relacionamento, trabalha, é do Conselho Nacional de Cidades, que vai ser restituído agora, temos acesso direto, assim como o senhor tem, com todos desde a Inês Magalhães, enfim, com o novo ministro, de fazermos essas agendas. Nós estamos disponíveis para ajudar a fazer essas agendas propositivas.

Diante disso, queria dizer o seguinte: algumas questões objetivas para nós voltarmos aqui, primeiro essa sugestão que nós fizemos, podemos fazer um grupo de trabalho para tratar alguns temas com o senhor e ajudar? Primeiro das entidades, e aí as áreas não são para as entidades, a Prefeitura já pode destinar a área diretamente para o Fundo de Desenvolvimento Social nesse caso aqui, não vai para o nome da entidade, ela vai carimbada para fazer projeto ali. Então esse é um primeiro ponto. Segundo eu sou da comissão que vai revisar agora o Plano Diretor, não sei se vai dar tempo nessa gestão nós fazer tudo que precisamos, mas eu tenho aquela opinião de antes tarde do que mais tarde. E aí nós podemos antecipar, se nós fizermos um acordo, Pablo, de ver com o secretário as áreas de AIES necessárias para atender a esse projeto. Bom, tem algumas polêmicas aí: o Extremo-Sul a gente sabe que é polêmico, mas nós temos a solução, nós já criamos a solução para isso; o Município só não executou. Na revisão de 2010, uma emenda minha ainda dizia o seguinte: Lajeado, Lami, Boa Vista e todos aqueles núcleos lá são reconhecidos como núcleos urbanos. Na época, o Valter, que era secretário de planejamento, foi contra a complementação da emenda que nós fizemos já gravando a área onde podia ser e dizia que, em 12 meses, iria fazer o gravamento; até hoje não fez. Então está ali, se nós sentarmos lá no Lami, por exemplo, pegar e gravar o perímetro urbano, que seja associado ao que já existe, dá para nós construirmos

algumas áreas com esse objetivo, porque tudo são núcleos urbanos, não é jogar gente daqui para lá, mas é acolher aqueles que estão lá em áreas de risco naquelas regiões. Isso vale para Ponta Grossa, isso vale para o Chapéu do Sol, isso vale para o Ruben Berta, isso vale para toda cidade. Então nós queríamos construir com o senhor um mapa das AEIS para podermos gravar num próximo Plano Diretor e/ou antecipar essa agenda para poder acolher agora o tema do Minha Casa Minha Vida. Ainda nós nem tocamos aqui, tem um outro tema que nós queremos fazer uma outra agenda que é a revitalização do Centro e ocupação dos prédios vazios por que tem mais ou menos 15.000 unidades habitacionais em Porto Alegre que estão desocupadas hoje.

Bom, por último, eu queria dizer aqui, se o senhor aceitar nós fazermos um grupo de trabalho nesses temas, numa agenda conjunta aqui dos vereadores com as entidades, e a primeira delas é essa para qualificar os projetos. Porque o senhor falou bem, tem cooperativas, cooperativas e cooperativas. Dentro do movimento social o pessoal usa assim: as cooperativas barriga de aluguel, que se credenciam como cooperativa, mas não têm nada de cooperativa. Então, se nós pudéssemos destinar umas dez áreas... nós fizemos uma reunião com o governo do Estado, e ele disse que tem áreas do Estado em Porto Alegre e também quer colocar à disposição, mas não dá para fazer uma agenda com o Estado, outra com o Município e outra com a União, tem que ser uma agenda unificada em termos de operação.

Por último, eu queria só aqui pedir ao Adrian e ao secretário por que saiu um edital agora para eleição do Comathab, dizem que anularam aquele edital e saiu um outro, se pudesse só nos situar nesse contexto antes de determinar aqui para que as entidades possam se credenciar e participar dos fóruns.

SR. ANDRÉ MACHADO: Ontem houve reunião do Comathab para a comissão eleitoral, vereador, e eu te confesso que eu não estava na reunião porque eu estava na Glória, eu vou deixar aqui o conselheiro Adrian, que faz parte da comissão.

SR. ADRIAN DARIO PAJOLCZEK: Boa noite, ontem foi um amplo debate sobre os caminhos a seguir porque a comunidade se sentiu atropelada. Nós nos sentimos um pouco atropelados pela portaria e decidimos nos reunir com o Comathab e solicitar ao governo que anule essa portaria. Nós formamos ontem a comissão eleitoral e vamos pedir novo prazo para que tanto no COP quanto nas entidades sejam divulgados prazos e as condições para essa nova eleição. Já está combinado e está indo favoravelmente.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradecer a presença de todos. Levantarmos todos esses encaminhamentos em ata. Composição de um grupo de trabalho, secretário, a gente pode deixar isso para depois do recesso, para a primeira semana de agosto? Qualquer coisa a gente chama uma reunião de novo de comissão para forjar esse GT, quem são as pessoas indicadas, pensar numa metodologia de trabalho e ter esse compromisso firmado entre nós no retorno do recesso. E fazer um pedido de informação, enquanto comissão, sobre os recursos alocados no Fundo Municipal de Gestão de Território por que eu acho que ficou em aberto também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito, vamos encaminhar para SMAMUS.

VEREADOR ENGENHEIRO COMASSETTO (PT): Secretário, o senhor não falou, agora que eu lembrei, qual é a meta do subsídio dos 15.000, vamos atingir quantos este ano?

SR. ANDRÉ MACHADO: O recurso que nós temos aplicado e aprovado, que foi aprovado via Comathab no ano passado, é de R\$ 1,5 milhão, suficiente para 100. Nós queremos ampliar ainda neste ano para 200, mas a primeira coisa que

preciso, Ver. Eng^o Comassetto, é ver como o programa roda, se a gente tiver esse primeiro, mas nunca foi 20, nunca foi 20.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A Sra. Ceniriani Vargas da Silva está com a palavra.

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: Eu acho que é importante que o secretário, a secretaria, passe uma noção de previsão de execução de recursos para este ano, acho que ajuda a justificar a não vinculação de circulação de recurso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito, a gente vai fazer esse teu em encaminhamento como pedido de informação, além de ficar registrado, no sistema eles têm obrigação ali pela LAI de responder.

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: Em relação à execução desse projeto de Barcelona com recursos do Fundo de Gestão, a gente queria entender melhor também como isso é...

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Vamos elaborar o pedido de informação e aí, no retorno em agosto, quando a gente for pensar o grupo de trabalho, a gente já tem ali uma resposta do Município e, se não tiver a gente usa da reunião para questionar novamente. Pode ser assim?

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: A gente tem essa questão das famílias ameaçadas de despejo, secretário André Machado. Respondendo ao secretário André Machado, se puder, nós tivemos cinco reuniões o ano passado no Tribunal de Justiça com a Campanha Despejo Zero, o senhor foi convidado em todas elas, numa delas inclusive nós apresentamos todo o relatório desse mapeamento das famílias ameaçadas de despejo. Provavelmente terá mais uma

e o senhor será convidado, se ainda não acessou a sua equipe... em alguns momentos estive lá na apresentação e teve acesso às informações.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: A sua equipe esteve na apresentação inclusive.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, agradecer a presença de todos na reunião. Quem tem pedido de informação para próxima pauta referente ao fundo que fique para a gente conseguir elaborar, escrever isso junto com a nossa assessoria, e a gente não perder os encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h09min.)

TEXTO SEM REVISÃO